

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

FRANCIELI APARECIDA DE BORBA

**FORMALIZAR OU FICAR NA INFORMALIDADE: ESTUDO COMPARATIVO DE
UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS ELETRICOS**

FLORIANÓPOLIS

2015

FRANCIELI APARECIDA DE BORBA

**FORMALIZAR OU FICAR NA INFORMALIDADE: ESTUDO COMPARATIVO DE
UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS ELETRICOS**

**Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Contábeis da Federal de Santa Catarina como
requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis**

Orientador: Professor Dr. Sergio Murilo Petri

FLORIANÓPOLIS

2015

FRANCIELI APARECIDA DE BORBA

**FORMALIZAR OU FICAR NA INFORMALIDADE: ESTUDO COMPARATIVO DE
UMA PRESTADORA DE SERVIÇOS ELETRICOS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Professor (a) Dr. (a) Sergio Murilo Petri
Orientador

Professores que compuseram a banca:

Prof.(a) Dr.(a) Erves Ducati

Prof.(a) Dr.(a) Irineu Afonso Frey

Florianópolis, 20 de dezembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, que me deu forças para continuar e iluminou meu caminho ao longo da vida .

A minha mãe, Maria que sempre me apoiou, incentivando meus estudos, dizendo que no final tudo valeria a pena. Meu pai Eleniro, que me apoiou de todas as formas para que eu conseguisse concluir meus estudos sem desistir, e dizendo que tudo daria certo. Agradeço também meu irmão Caio, que as vezes atrapalhava um pouco com o volume da televisão, mas ao mesmo tempo ajudava, pois eu dava uma pausa e voltava mais afiada ainda.

Agradeço a paciência dos meus amigos (as), que muitas vezes eu pedia para que não me convidassem para sair, pois tinha minha monografia para acabar e se me convidassem, eu não resistiria e depois teria que passar noites em claro para recuperar o tempo perdido.

Um agradecimento especial ao meu Orientador, o professor Sergio Petri, que teve muita paciência e dedicação ao longo desta jornada. Que não mediu esforços para contribuir que este trabalho fosse concluído com sucesso.

A minha tutora Neide que sempre estendeu a mão para nos ajudar, nas horas boas e ruins, sempre estava ali. A todos os amigos que conquistei ao longo da faculdade, nas nossas reuniões, jantas e convenções, que sempre saia alguma perola, do tipo: “Professora eu não entendi. O que você não entendeu. Tudo professora, pode explicar de novo?”

Agradeço também, ao futuro empresário Eleandro, que carinhosamente ao longo de todo esse tempo, cedeu sua empresa para que fosse realizada a pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que de uma forma ou de outra, contribuíram para que essa pesquisa fosse realizada.

*O entusiasmo é a maior força da alma. Conserva-o e
nunca te faltará poder para conseguires o que
desejas.*

Napoleão Bonaparte

RESUMO

BORBA, Francieli Aparecida de. *Formalizar ou ficar na informalidade: Estudo comparativo*. 2015. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

Esta pesquisa tem como tema o MEI – Microempreendedor Individual, que é um meio de formalização para os trabalhadores informais existentes hoje. O MEI traz uma série de benefícios para o pequeno empresário, como empresa jurídica, poder ter um funcionário, ter auxílios previdenciários e ainda ter conta em banco onde pode buscar linhas de créditos. Este trabalho tem como objetivo identificar se a forma de tributação MEI é viável para estruturar uma empresa, ou se a forma de tributação Simples Nacional é mais favorável. Nesta pesquisa, a partir de informações cedidas pelo autônomo será demonstrada uma comparação se realmente é vantajoso ser empresário MEI e ainda se a forma de tributação MEI é mais viável que ser optante pelo SIMPLES NACIONAL. Neste será destacado a tributação envolvida, os benefícios e obrigações do MEI bem como um comparativo tributário com a tributação do SIMPLES NACIONAL. O estudo foi realizado baseado nas legislações vigentes, principalmente na Lei que rege os Microempreendedores LC 128/2008, dados apresentados no portal do empreendedor e pelos dados apresentados pelo prestador de serviços em questão, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014. Este trabalho é um estudo de caso comparativo, que busca apresentar uma análise da carga tributária para o prestador de serviços no ramo da instalação elétrica, de natureza aplicada. A partir dos resultados obtidos, verificou-se que o MEI é a forma de tributação menos onerosa para o pequeno empresário, sendo que neste enquadramento, o empresário pode realizar uma economia considerável em seus gastos com impostos. Mesmo assim, é importante para o empresário, sempre estar atento as suas despesas e como é a melhor forma de gerenciar seu negócio de uma forma que sempre obtenha sucesso.

Palavras-chave: Autônomo. Microempreendedor Individual (MEI). Tributação. Simples Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Simples Nacional - Serviços	25
Tabela 2 Receita Bruta da Prestação de Serviços em 2014.....	28
Tabela 3 Valor a declarar IRPF Autonomo.....	29
Tabela 4 Recolhimento de INSS e ISS.....	30
Tabela 5 Recolhimento Complementar de INSS.....	31
Tabela 6 Valores a declarar IRPJ MEI.....	32
Tabela 7 Recolhimento SIMPLES.....	33
Tabela 8 Recolhimento INSS.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 Objetivo geral	11
1.2.2 Objetivos Específicos	11
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Metodologia da pesquisa	13
1.5 Delimitação da Pesquisa.....	14
1.6 Estrutura do Trabalho	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 EMPRESÁRIO E SIMPLES NACIONAL	15
2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	16
2.2.1 Tributos Devidos	17
2.2.2 Obrigações e custos para ter um empregado	18
2.2.3 Obrigações do MEI.....	18
2.2.4 Benefícios do MEI.....	19
2.3 INFORMALIDADE NO BRASIL.....	20
2.4 TRIBUTOS INCIDENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO SIMPLES NACIONAL	22
2.4.1 ISS –Imposto Sobre Serviços	22
2.5 IR – IMPOSTO DE RENDA.....	22
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	26
3.1 Fontes de informação.....	26
3.2 Faturamento	26
3.2.1 IR Pessoa Física do Autônomo.....	27
3.3 Recolhimento de tributos na condição de MEI	28
3.3.1 INSS e ISS	29
3.3.2 IR Pessoa Física do MEI	30
3.4 Recolhimento de tributos na condição de SIMPLES	32
3.5 Recolhimento de tributo INSS na condição de SIMPLES	33
3.6 Análise dos Resultados.....	34
3.6.1 Tributos: MEI x SIMPLES NACIONAL.....	34
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
5.1 Sugestões Para Próximos Trabalhos.....	37
REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,2010), o empreendedorismo tem sido apontado como fator relevante para o crescimento econômico, a produtividade, a inovação e o emprego. Nos últimos anos, governos de países desenvolvidos quanto em desenvolvimento têm trazido para suas agendas questões relacionadas ao tema [...].

Mesmo com todo apoio de governantes e instituições, ainda existe um grande problema enfrentado por milhares de brasileiros; A informalidade, pois muitos não querem aderir aos programas do governo, com receio de que a carga tributária afetaria seu negócio. Sendo que na verdade facilitaria seu empreendimento.

Segundo Pastore (2004), há muito tempo temos esta realidade, a grande maioria dos brasileiros que trabalham no mercado informal não dispõe das mais rudimentares proteções das leis trabalhistas ou previdenciárias. Tais pessoas, quando adoecem, por exemplo, não contam com uma licença remunerada para tratar da saúde; quando envelhecem, não podem ser aposentadas; e depois da morte não deixam nenhum amparo aos seus descendentes. A desproteção do mercado informal é um fenômeno desumano. Trata-se de uma das mais duras formas de exclusão social. Pastore (2004) ainda nos remete ao cenário brasileiro; Ele está dividido em dois mundos: o dos "incluídos", referentes aos 40% que se protegem pelas leis trabalhistas e previdenciárias e o dos "excluídos", referentes aos 60% que vivem em permanente incerteza. Para amenizar essa situação, em 2006 foi elaborada a Lei Complementar, LC 123/06 em favor das micro e pequenas empresas.

Mesmo com a criação desta lei, ainda há trabalhadores informais, que tem receio de legalizar o seu negócio, pois para eles, isso iria se tornar muito caro, o que iria diminuir seu lucro. Com isso foi necessário a criação da Lei Complementar Nº 128, de 19 de dezembro de 2008, que trouxe regulamentações claras sobre o pagamento dos tributos devidos pelo MEI.

Um dos ramos que mais trouxe adeptos ao MEI foi o da Prestação de Serviço. Mas observou-se que mesmo com todo amparo das unidades competentes, estes trabalhadores, agora

empresários, ainda tinham dificuldade em gerir o próprio negócio com base na legislação criada específica para o caso.

As principais dificuldades é o controle sobre o próprio ganho e acúmulo de patrimônio, pois esta modalidade não precisa comprar e nem vender para gerar lucro, o lucro é fruto do seu próprio trabalho braçal, e isso deslumbra pelo dinheiro “limpo”, o que muitas vezes causa a falência do empreendimento, pois mesmo uma prestadora de serviços necessita de investimentos em materiais, veículo e funcionário.

Com base em todos estes dados, a pesquisa foi realizada para acrescentar conhecimento no assunto sobre MEI. Assunto que é alvo de muitos estudos tributários e gerenciais. Com esta pesquisa, objetiva-se demonstrar como realmente funciona o sistema do MEI, formas de tributação, tributação específica, e análise dos custos de um MEI e apresentar uma comparação entre a tributação MEI e SIMPLES NACIONAL.

Com base em análise de dados e o estudo de uma prestadora de serviços autônomos, buscou-se demonstrar a importância do gerenciamento, controle de finanças e pagamentos dos tributos necessários para o sucesso do negócio.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No Brasil há diversas formas de legalização de empresa, tais como, Sociedade Limitada, Empresário Individual, Empresa de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual.

A forma de Sociedade Limitada, segundo o SEBRAE (2014), é a reunião de dois empresários ou mais, para a exploração, em conjunto, de atividade (s) econômica (s). Os sócios respondem de forma limitada ao capital social da empresa, pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade perante os seus credores. Já o Empresário Individual nada mais é do que aquele que exerce em nome próprio, atividade empresarial. Trata-se de uma empresa que é titulada apenas por uma só pessoa física, que integraliza bens próprios à exploração do seu negócio. Um empresário em nome individual atua sem separação jurídica entre os seus bens pessoais e os seus negócios, ou seja, não vigora o princípio da separação do patrimônio. O proprietário responde de forma ilimitada pelas dívidas contraídas no exercício da sua atividade perante os seus credores, com todos os bens pessoais que integram o seu patrimônio (casas, automóveis, terrenos etc.) e os do seu cônjuge (se for casado num regime de comunhão de bens). O inverso também acontece,

ou seja, o patrimônio integralizado para a exploração da atividade comercial também responde pelas dívidas pessoais do empresário e do cônjuge. A responsabilidade é, portanto, ilimitada nos dois sentidos. Temos também, a EPP – Empresa de Pequeno Porte, que é um empreendimento com faturamento bruto anual entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões. Caso essa empresa não exerça uma atividade vedada pela LC 123/2006, ela também poderá optar pelo Simples Nacional.

O Portal do Empreendedor (2015) diz que: O Microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário. Para ser um microempreendedor individual, é necessário faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba o salário mínimo ou o piso da categoria.

O tema desta monografia abrange o trabalhador informal, conhecidos como autônomo e se a legalização seria viável para o mesmo, pois o estudo compara o custo de um trabalhador inscrito no MEI em relação aos tributos e o quanto custaria para este mesmo trabalhador se inscrevesse em outra forma de tributação, o simples nacional, e os reflexos disto na empresa.

Diante disto, levando em consideração a prestação de serviços, mais especificamente uma empresa de instalações elétricas, temos o seguinte questionamento: A forma de tributação trazida pela legislação do MEI é viável para esta empresa ou SIMPLES NACIONAL não seria uma forma de tributação mais viável?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos do trabalho se dividem em geral e específicos, conforme descritos a seguir.

1.2.1 Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo identificar a forma de tributação viável para a estruturar uma empresa: MEI x SIMPLES NACIONAL.

1.2.2 Objetivos Específicos

Apresentar os custos que a empresa tem a partir do estudo de caso da prestadora de serviços autônomo.

Análise dos dados apresentados pelo autônomo.

Identificar, a partir do estudo em relação à tributação MEI e SIMPLES NACIONAL um comparativo comprovando o melhor sistema a ser seguido.

1.3 Justificativa

Instituído por meio da Lei Complementar nº 128/08, o Microempreendedor Individual pode ser considerado um dos maiores projetos de inclusão social já criado no país. A medida consiste em trazer para a formalidade os profissionais autônomos com receita bruta de até R\$ 60 mil reais que queiram desfrutar dos benefícios previdenciários, mas não possuem condições financeiras de arcar com a carga tributária.

Além da redução da carga tributária, os empresários contábeis têm a oportunidade de protagonizar um grande trabalho social no país. Beneficiados pelo Simples Nacional, agora os escritórios de contabilidade farão gratuitamente o registro do empreendedor individual e a primeira declaração anual da categoria. (FENACON 2013)

Segundo dados do Portal do Empreendedor (2015), no Brasil, temos um total de 3.440.255 Microempreendedores individuais registrados até o momento. Número que está em constante crescimento, mas que ainda não reflete o total de empregos informais. Dados do IBGE (2013) apontam que esses 3.440.255 empreendedores cadastrados, resultam em apenas uma pequena parcela da população que está devidamente cadastrada, ou seja, em torno de 7,8% dos 44.200 de empregos formais.

Considerando todos os dados apresentados, entende-se que este tema é importante para a sociedade devido ao expressivo número de trabalhadores que ainda se mantem na informalidade no Brasil. Com isso é justificável a escolha do assunto e tema, que trará mais divulgação e apoio para os usuários, mostrando os benefícios da formalização e a escolha correta da forma de tributação.

1.4 Metodologia da pesquisa

Uma pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos, e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É basicamente um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na qual está se desenvolve. A pesquisa como atividade regular também pode ser definida como o conjunto de atividades orientadas e planejados pela busca de um conhecimento. Segundo Evangelista (2006, p. 17), “A metodologia científica, em sua essência, tem por finalidade estudar os métodos que identificam os caminhos percorridos para alcançar os objetivos propostos pelos planos de pesquisa.”

Este trabalho é um estudo de caso comparativo, que busca apresentar uma análise da carga tributária para o prestador de serviços no ramo da instalação elétrica, apresentando a diferença de tributação entre o regime do MEI e do SIMPLES NACIONAL, trazendo orientações para melhor desempenho da empresa. O estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...] (GIL, 2002).

Esta é uma pesquisa quantitativa que, conforme Vieira (1996):

A pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados. A pesquisa quantitativa tem como finalidade medir relações entre as variáveis. Preocupa-se, portanto, com representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados (Vieira, 1996.)

Tendo em vista, os dados apresentados, trata-se, de um trabalho onde é evidenciado cálculos, dados e informações do ramo pesquisado e de um profissional autônomo em que é aplicada a pesquisa.

A partir disto, é possível identificar que esta monografia é desenvolvida por meio de estudo de caso comparativo, com enquadramento de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos. O instrumento utilizado nesta pesquisa foi o levantamento de dados do autônomo, livros caixas e anotações em geral.

O estudo foi desenvolvido em duas fases: num primeiro momento foi apresentado dados comparativos em relação a outro regime e após conclusão, demonstrando qual melhor forma de tributação para sair da informalidade.

1.5 Delimitação da Pesquisa

Esta pesquisa delimita-se ao estudo e à análise da carga tributária de dois tipos de regimes tributários, MEI e SIMPLES NACIONAL. O principal delimitador da pesquisa traz como embasamento legal a Lei Complementar N 123 de 2006, e a Lei complementar N 128 de 2008, que tratam do Simples Nacional e do Microempreendedor respectivamente.

A limitação da pesquisa compreende o autônomo pesquisado, no decorrer do ano de 2014. Além da limitação no embasamento teórico, considera-se também o estudo com base em dados fornecidos pelo autônomo pesquisado, a prestadora de serviços elétricos.

1.6 Estrutura do Trabalho

Neste trabalho é apresentada a seguinte divisão: Introdução, fundamentação teórica, estudo de caso, conclusão e referências bibliográficas.

A introdução traz de forma breve e sucinta os motivos que levaram a realização desta pesquisa e como foi elaborada. Nela estão contidos os objetivos, justificativa, metodologia e delimitação;

No capítulo da fundamentação teórica, é apresentado de autores que fundamentam a pesquisa.

O estudo de caso traz as informações do autônomo, dados financeiros e as formas de tributação.

A conclusão traz a análise de qual modelo é mais vantajoso e como o autônomo deve agir para ter continuidade de negócio, sucesso e como foi realizar a pesquisa.

E na última seção, estão as referências bibliográficas que serviram de suporte para realização da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, são expostos conceitos relacionados ao tema e ao objetivo do trabalho, que oferecerão base para o entendimento da pesquisa, a saber: o conceito de empresário, de Simples Nacional, Microempreendedor Individual (MEI) e Planejamento Tributário; evidência à LC nº 128/2008, que origina a legislação do Microempreendedor Individual (MEI); a questão da informalidade; e os custos inerentes a prestação de serviço.

2.1 EMPRESÁRIO E SIMPLES NACIONAL

Para compreender a legislação do Microempreendedor Individual é necessário antes apreender alguns conceitos que guiam a figura do MEI, principiando pelo conceito de empresário que é definido pelo art. 966, da lei 10.406/2002 (que instituiu o Novo Código Civil):

Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa (BRASIL, 2013).

Em resumo, o empresário é a pessoa que pratica uma atividade com fins lucrativos, produzindo ou vendendo mercadorias ou prestando serviços.

De acordo com o Portal do Simples Nacional (2015), a legislação do Simples Nacional, que segundo a lei, é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Abrange a participação de todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios). É administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios.

Segundo o art. 13 da LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a forma de arrecadação de impostos para os inscritos no simples é feita de forma unificada.

Art. 13. O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

- I - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ;
- II - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;
- IV - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- V - Contribuição para o PIS/Pasep, observado o disposto no inciso XII do § 1º deste artigo;
- VI - Contribuição Patronal Previdenciária - CPP para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que trata o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, exceto no caso da microempresa e da empresa de pequeno porte que se dedique às atividades de prestação de serviços referidas no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar;
- VII - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;
- VIII - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS. (BRASIL, 2013).

Lembrando que para se enquadrar, nesta legislação a empresa deve seguir algumas regras, descritas por Veiga (2012, p.19):

A primeira condição para se enquadrar no Simples Nacional é ter alcançado um faturamento máximo até R\$3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano anterior, se atuou os 12 meses do ano anterior, ou proporcional, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) multiplicado pelo número de meses, em que atuou no ano anterior, se foi o primeiro ou o último ano de atividade da empresa.

É visível que a forma de tributação SIMPLES NACIONAL atinge a empresas de porte um tanto maior, que já se encontram no mercado de trabalho a algum tempo. Na próxima seção será tratado do MEI.

2.2 MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Os melhoramentos trazidos pela Lei 123/2006 não foram satisfatórias para tirar da informalidade aqueles que almejavam abrir apenas um pequeno negócio, pois para eles a carga tributária e a burocratização ainda permaneciam presentes. Para tentar diminuir estes problemas e consequentemente o número de trabalhadores informais no Brasil, foi criado então, a figura do MEI, que tem seu conceito disposto no art. 18-A, § 1º da LC 128/08:

§ 1º Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo (BRASIL, 2013).

Deste modo, o MEI tem como natureza jurídica o empresário definido no Novo Código Civil, sendo que, obrigatoriamente deve ser optante pelo mesmo regime Simples Nacional, regime destinado às ME e EPP e que com a LC 128/08 passou a guiar também a figura do MEI (SEBASTIÃO,2011). A receita bruta anual do MEI não pode ultrapassar ao valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), considerando a receita bruta apurada no ano-calendário anterior. Todavia, no caso de início de atividades, o limite será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), que deverá ser multiplicado pela quantidade de meses entre o início das atividades e o final do ano calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro, de acordo com o § 2o, art. 18-A da LC 128/08.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º será de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, considerada as frações de meses como um mês inteiro (BRASIL, 2013).

Observa-se que a forma de fracionar os meses para contagem do ano calendário tributável do MEI, é equiparada a forma de fracionar do SIMPLES NACIONAL.

2.2.1 Tributos Devidos

O MEI foi instituído para retirar da informalidade os trabalhadores que querem ter uma pequena empresa e, com isso, uma carga tributária baixa. De acordo com o artigo 18 da LC 128/08, o empresário inscrito no MEI pagará, em valores fixos mensais e em guia única, a Contribuição Previdenciária Individual e, conforme sua atividade econômica, o ICMS e/ou o ISS.

Segundo o Portal do Empreendedor (2014), após a formalização, serão cobrados do MEI apenas valores simbólicos para o Município (R\$ 5,00 de ISS) e para o Estado (R\$ 1,00 de ICMS). Já o INSS será reduzido a 5% do salário mínimo (R\$ 36,20). Com isso, o MEI terá direito aos benefícios previdenciários. O vencimento dos impostos é até o dia 20 de cada mês, passando para o dia útil seguinte caso incida em final de semana ou feriado.

2.2.2 Obrigações e custos para ter um empregado

Caso o MEI opte por ter um empregado, deve assinar sua carteira com um salário mínimo ou com o piso da categoria profissional. Essa contratação obedece às normas trabalhistas vigentes previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e exige o pagamento de outras obrigações por parte do empregador.

O Portal do Empreendedor (2014) disponibiliza as seguintes regras: O custo previdenciário, recolhido em GPS - Guia da Previdência Social, é de R\$ 79,64 (correspondentes a 11% do salário mínimo vigente), sendo R\$ 21,72 (3% do salário mínimo) de responsabilidade do empregador e R\$ 57,92 (8%) descontado do empregado. Esses valores se alteram caso o piso salarial da categoria profissional seja superior ao salário-mínimo.

O Microempreendedor Individual deve também preencher a Guia do FGTS e Informação à Previdência Social (GFIP) que é entregue até o dia 7 de cada mês, através de um sistema chamado Conectividade Social da Caixa Econômica Federal. Ao preencher e entregar a GFIP, ao Microempreendedor Individual deve depositar o FGTS, calculado à base de 8% sobre o salário do empregado. O funcionário do MEI também tem direito a férias, 13º salário e horas extras.

Mensalmente, o MEI deverá também entregar, por meio eletrônico, o Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED). Cadastro este que é utilizado para conferir dados referentes aos vínculos trabalhistas e deve ser declarado por todo estabelecimento que tenha efetuado qualquer tipo de movimentação em seu quadro de funcionários, conforme Portal do Trabalho e Emprego (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2015).

Outra obrigação do MEI com o funcionário é a entrega, anual, da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que foi instituída pelo Decreto 76.900/1975 (BRASIL, 1975) e contempla a movimentação dos trabalhadores, auxiliando a coleta de dados para a gestão governamental no setor do trabalho.

2.2.3 Obrigações do MEI

Como o cadastro para MEI surgiu para legalizar aqueles que têm ou pretendem ter um pequeno negócio – seja no comércio, serviço ou indústria –, foi instituído com uma carga tributária baixa e com a burocracia para abertura e manutenção simplificada. O MEI é obrigado a

emitir nota fiscal na venda ou prestação de serviços para pessoas jurídicas, estando dispensado da emissão de nota fiscal para a pessoa física.

As obrigações mensais são o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) e o preenchimento do Relatório Mensal das Receitas Brutas. A emissão do DAS é feita por meio do Programa Gerador de DAS para Microempreendedor Individual (PGMEI), no site da Receita Federal do Brasil. Como os valores pagos pelo MEI são determinados, o carnê de pagamento pode ser impresso de uma só vez. A obrigação seguinte é o preenchimento do Relatório Mensal das Receitas Brutas, onde será informado o total das receitas com comércio, indústria ou serviços prestados, separando as operações realizadas com e sem notas fiscais. O modelo desse relatório é encontrado no site do MEI. Junto ao relatório devem estar anexadas as notas fiscais de compras de mercadorias ou de serviços tomados e as notas fiscais emitidas. Todos os documentos devem ser armazenados em boas condições para apresentação à fiscalização, se solicitado. Além dessas obrigações mensais, o MEI deve anualmente, entregar a Declaração Anual do Simples Nacional – Microempreendedor Individual (DASN SIMEI, que informará a receita bruta do ano-calendário anterior, com base nos relatórios mensais preenchidos anteriormente, sempre no mês de janeiro do ano subsequente (SEBASTIAO, 2011).

2.2.4 Benefícios do MEI

Além da baixa carga tributária recolhida em valores fixos mensais, o MEI conta com outros benefícios, que se encontram dispostos no Portal do Empreendedor (2015):

Cobertura Previdenciária: o MEI e sua família tem direito, respeitando o prazo de carência, aos seguintes benefícios:

- Auxílio doença: 12 meses de contribuição;
- Aposentadoria por idade: mulheres 60 anos e homens 65 anos;
- Aposentadoria por invalidez: 12 meses de contribuição;
- Salário maternidade: 10 meses de contribuição;
- Auxílio reclusão e pensão por morte: a partir da primeira contribuição.

O MEI faz o recolhimento para o INSS com base em um salário mínimo, por isso sua aposentadoria será calculada sobre esse valor. Ele também pode se aposentar por tempo de contribuição, mas para isso deve recolher em guia complementar a diferença do que já recolheu em guia fixa para que alcance 20% (vinte por cento) de contribuição.

De acordo com o Portal do Empreendedor (2015), o MEI tem os seguintes benefícios:

- ✓ Processo de formalização é gratuito;
- ✓ Acesso a serviços bancários: os bancos, principalmente os públicos, possuem linhas de financiamento com redução de juros.
- ✓ Controle simplificado: dispensa de contabilidade formal. Mas é necessário que o MEI faça o controle próprio para gerenciar seus gastos. Lembrando que, se necessitar de auxílio para a formalização e para a entrega da primeira declaração anual, ele conta com o apoio do SEBRAE e de escritórios de contabilidade optantes pelo Simples Nacional, que de acordo com a LC 123/2006, devem promover atendimento gratuito referente à inscrição e entrega apenas da primeira declaração anual do MEI, sujeitos a exclusão do regime do Simples Nacional;
- ✓ CNPJ e emissão de notas fiscais: o fato de ter um número de CNPJ e a possibilidade de emitir notas fiscais adiciona as chances do MEI de prestar serviços para pessoas jurídicas e para entidades governamentais.

2.3 INFORMALIDADE NO BRASIL

Em outubro de 2003, existiam no Brasil 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas, das quais 98%, ou seja, 10.335.962 pertenciam ao setor informal e ocupavam 13.860.868 pessoas. Em relação à pesquisa anterior, de 1997, houve crescimento de 10% no número de pequenas empresas, enquanto o número de empresas do setor informal cresceu 9%, o que indica um pequeno aumento na formalização. O aumento dos postos de trabalho nas empresas informais foi de cerca de 8% no mesmo período. Entre as unidades da federação, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul concentravam juntas 57,6% das empresas do setor informal de todo o País (Economia Informal Urbana- ECINF 2003). Os dados são da pesquisa de Economia Informal Urbana- ECINF 2003, realizada pelo IBGE em parceria com o SEBRAE, que traz também informações sobre as características e aspectos financeiros dos empreendimentos, indicadores de formalização e acesso ao crédito, além de avaliação de desempenho e perspectivas.

Dentre as pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, 69% eram trabalhadores por conta própria, 10% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 6% trabalhadores com carteira assinada e 5% não remunerados. Essas proporções pouco se alteraram em relação a 1997.

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64% do total de pessoas ocupadas), com exceção de não-remunerados, onde 64% eram mulheres – o que correspondia a 3% da população ocupada (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

Parte das empresas informais são de trabalhadores por conta própria. Em sua grande maioria (88%), as empresas do setor informal pertenciam a trabalhadores por conta própria. Apenas 12% eram de pequenos empregadores. Das empresas pesquisadas, 95% tinham um único proprietário e 80%, apenas uma pessoa ocupada. As atividades econômicas preponderantes no setor informal eram Comércio e Reparação (33%), seguido de Construção Civil (17%) e Indústria de Transformação e Extrativa (16%). Do total de pequenas empresas ligadas à Construção, 99,8% eram informais. A segunda maior proporção de empresas informais foi identificada entre as de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais: do universo de pequenas empresas ligadas a essas atividades, 99,3 % eram informais. Por outro lado, as de Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados às empresas apresentaram maior participação de empresas formais (4,3%) (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

Mais da metade das empresas informais não faz nenhum tipo de registro contábil. A proporção de empresas informais sem contabilidade aumentou. Em 2003, 53% não faziam nenhum tipo de registro contábil e, em 36% delas, os proprietários desempenhavam essa função sem auxílio de contador, enquanto que, em 1997, essas proporções eram de 46% e 39%, respectivamente. As empresas de empregadores utilizaram mais os serviços de contabilidade e apenas 21% não registraram nada. Entre as empresas de trabalhadores por conta própria, esse percentual era bem superior: 57% não registraram nada (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

Do total das empresas do setor informal, 88% não possuíam constituição jurídica, o que correspondia a 93% das empresas de conta própria e 56% das empresas de empregadores. Entre aquelas que possuíam constituição jurídica, 93% tinham receita mensal superior a R\$ 2.000,00, enquanto 72% das que não possuíam esse registro recebiam em média até R\$ 1.000,00 (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

Em média, 74% das empresas pesquisadas não tinham licença municipal ou estadual, padrão que oscilava de acordo com a atividade. Aproximadamente 90% não tinham registro de microempresas, proporção que se alterava pouco entre os diversos grupamentos de atividades (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

Poucas empresas (2%) haviam aderido ao sistema de tributação SIMPLES NACIONAL até o final de 2003, a maior parte delas no comércio e reparação (53%). Das empresas com proprietários por conta própria, 79% declararam que não eram regularizadas, e entre aquelas de pequenos empregadores, a proporção era bem menor (34%) (Economia Informal Urbana- ECINF 2003).

2.4 TRIBUTOS INCIDENTES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELO SIMPLES NACIONAL

Na modalidade Simples Nacional há incidências impostos, descritos nos capítulos a seguir.

2.4.1 ISS –Imposto Sobre Serviços

O ISS é um imposto de competência dos Municípios e do Distrito Federal e tem como fato gerador a prestação de serviços que consta em lista anexa à Lei, mesmo que estes não sejam a atividade preponderante do prestador, conforme Art. 1º da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 (BRASIL, 2003). O ISS pode ser retido ou recolhido diretamente pelo contribuinte e, geralmente, é devido para o município onde o serviço é prestado, respeitando algumas exceções.

A LC 116/2003 é a que rege o ISS, porém devem ser respeitadas também as leis municipais, que têm características específicas para cada município. O serviço de eletricitista enquadra-se como Trabalho Pessoal do próprio contribuinte e, por conta disso, deverá ser recolhido mensalmente em valor fixo, estabelecido pelo portal do MEI. No caso do município de Frederico Westphalen o valor é de R\$ 5,00.

Para os optantes do SIMPLES NACIONAL, a alíquota do ISS varia de acordo com a atividade, podem ser de 2%, 4% e 5%. Para a atividade de elétrica, calcula-se com o percentual de 2% em cima das notas tiradas no mês. Geralmente o recolhimento do ISS se dá no dia 10 do mês subsequente as notas tiradas (SEBRAE, 2015).

2.5 IR – IMPOSTO DE RENDA

O Microempreendedor Individual (MEI) deve declarar imposto de renda em seu CPF próprio se estiver sujeito à obrigatoriedade de entrega.

Está obrigada a apresentar a Declaração de Ajuste Anual referente ao exercício de 2015, a pessoa física residente no Brasil que, no ano-calendário de 2014 (RECEITA FEDERAL, 2015):

I – Recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a R\$ 26.816,55 (vinte e seis mil, oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos);

II – Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma foi superior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III – obteve, em qualquer mês, ganho de capital na alienação de bens ou direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;

IV – Relativamente à atividade rural:

a) obteve receita bruta em valor superior a R\$ 134.082,75 (cento e trinta e quatro mil, oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos);

b) pretenda compensar, no ano-calendário de 2014 ou posteriores, prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-calendário de 2014;

V – Teve, em 31 de dezembro, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

VI – Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês e nesta condição encontrava-se em 31 de dezembro; ou

VII – optou pela isenção do Imposto sobre a Renda incidente sobre o ganho de capital auferido na venda de imóveis residenciais, cujo produto da venda seja aplicado na aquisição de imóveis residenciais localizados no País, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da celebração do contrato de venda, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Além da declaração do Imposto de Renda (quando obrigado a tal), o MEI deve entregar a Declaração Anual do SIMEL.

A sigla SIMEI refere-se à Declaração Anual do Simples Nacional - Microempreendedor Individual.

Na hipótese de o empresário individual ser optante pelo SIMEI no ano-calendário anterior, deverá apresentar, até o último dia de maio de cada ano, à RFB, a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) que conterá tão somente (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2015):

I - A receita bruta total auferida relativa ao ano-calendário anterior;

II - A receita bruta total auferida relativa ao ano-calendário anterior, referente às atividades sujeitas ao ICMS;

III - informação referente à contratação de empregado, quando houver.

Para as pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES NACIONAL o recolhimento se dá mensalmente através de guia única com todos os demais impostos, seguindo o percentual de acordo com o faturamento do mês, de acordo com a Tabela 01.

TABELA 01

ANEXO IV - Tabela Simples Nacional - Serviços

Receita Bruta em 12 meses (em R\$)	Alíquota Total	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS	ISS
Até 180.000,01	4,5%	0%	1,22%	1,28%	0%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	6,54%	0%	1,84%	1,91%	0%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	7,70%	0,16%	1,85%	1,95%	0,24%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	8,49%	0,52%	1,87%	1,99%	0,27%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	8,97%	0,89%	1,89%	2,03%	0,29%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	9,78%	1,25%	1,91%	2,07%	0,32%	4,23%
De 1.080.000,01 a	10,26%	1,62%	1,93%	2,11%	0,34%	4,26%

1.260.000,00						
De 1.260.000,01 a	10,76%	2,00%	1,95%	2,15%	0,35%	4,31%
1.440.000,00						
De 1.440.000,01 a	11,51%	2,37%	1,97%	2,19%	0,37%	4,61%
1.620.000,00						
De 1.620.000,01 a	12%	2,74%	2,00%	2,23%	0,38%	4,65%
1.800.000,00						
De 1.800.000,01 a	12,80%	3,12%	2,01%	2,27%	0,40%	5,00%
1.980.000,00						
De 1.980.000,01 a	13,25%	3,49%	2,03%	2,31%	0,42%	5,00%
2.160.000,00						
De 2.160.000,01 a	13,70%	3,86%	2,05%	2,35%	0,44%	5,00%
2.340.000,00						
De 2.340.000,01 a	14,15%	4,23%	2,07%	2,39%	0,46%	5,00%
2.520.000,00						
De 2.520.000,01 a	14,60%	4,60%	2,10%	2,43%	0,47%	5,00%
2.700.000,00						
De 2.700.000,01 a	15,05%	4,90%	2,19%	2,47%	0,49%	5,00%
2.880.000,00						
De 2.880.000,01 a	15,50%	5,21%	2,27%	2,51%	0,51%	5,00%
3.060.000,00						
De 3.060.000,01 a	15,95%	5,51%	2,36%	2,55%	0,53%	5,00%
3.240.000,00						
De 3.240.000,01 a	16,40%	5,81%	2,45%	2,59%	0,55%	5,00%
3.420.000,00						
De 3.420.000,01 a	16,85%	6,12%	2,53%	2,63%	0,57%	5,00%
3.600.000,00						

Fonte: Tabela do Simples Nacional adaptado pela autora da tabela disponível no site da Receita Federal (2015)

De acordo com o faturamento mensal do empresário, verifica-se em qual categoria o mesmo se encaixa, a partir disto é aplicada a alíquota total em cima do seu faturamento real.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa visa exemplificar qual a melhor modalidade para o prestador de serviços autônomos, demonstrando a carga tributária incidente na prestação de serviços realizada pela modalidade do MEI, com a prestação do mesmo legalizado através do SIMPLES NACIONAL, possibilitando o conhecimento dos dois sistemas e a avaliação do menos oneroso. O serviço de eletricitista está incluso na lista de atividades admitidas pelo MEI com o Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), nº 4321-5/00. Os dados utilizados referem-se ao ano de 2014 e foram disponibilizados pelo prestador de serviços.

3.1 Fontes de informação

Pesquisa desenvolvida com base nos dados apresentados pelo autônomo Eleandro Roberto Mazzonetto. Iniciou suas atividades de forma autônoma no ano de 2013 (dois mil e treze), tendo faturamento mensal em torno de R\$ 4.000 (quatro mil) a R\$ 5.000 (cinco mil) reais, dados retirados de anotações do autônomo, que a partir do momento que iniciou a prestação de serviços para empresas do ramo da construção civil se viu na obrigação de fornecer nota fiscal, o que era impossibilitado, por ser autônomo.

3.2 Faturamento

A primeira análise a ser feita, refere-se ao faturamento da empresa, sendo uma das principais exigências para enquadramento no MEI. Conforme já relatado, para enquadramento no MEI o faturamento mensal não pode ultrapassar R\$ 5.000,00 mensais ou R\$ 60.000,00 por ano. A condição para se enquadrar no Simples Nacional é ter alcançado um faturamento máximo até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no ano anterior, se atuou os 12 meses do ano anterior, ou proporcional, R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) multiplicado pelo número de meses, em que atuou no ano anterior, se foi o primeiro ou o último ano de atividade da empresa.

TABELA 02

Receita Bruta da Prestação de Serviços em 2014

<i>MÊS</i>	<i>FATURAMENTO (R\$)</i>
<i>Janeiro</i>	4.000,00
<i>Fevereiro</i>	3.000,00
<i>Março</i>	4.000,00
<i>Abril</i>	4.500,00
<i>Maio</i>	3.700,00
<i>Junho</i>	5.200,00
<i>Julho</i>	4.800,00
<i>Agosto</i>	2.500,00
<i>Setembro</i>	3.600,00
<i>Outubro</i>	4.800,00
<i>Novembro</i>	5.100,00
<i>Dezembro</i>	5.200,00
<i>Total Anual</i>	50.400,00

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

O valor da receita bruta foi obtido através do controle interno do próprio eletricitista. Observada a receita bruta dos serviços prestados, no ano de 2014 o eletricitista se enquadra no MEI, pois a receita excede os R\$ 5.000,00 apenas nos meses de junho, novembro e dezembro, compensando esse excesso nos outros meses. Essas alterações, segundo o eletricitista é devido a pequenas reformas e instalações de ar condicionado que as pessoas preferem fazer à medida que inicia o inverno, verão e também pelo recebimento do 13º salário.

3.2.1 IR Pessoa Física do Autônomo

Na condição de autônomo, o mesmo não emitia notas fiscais e não declarava em nenhum órgão governamental o seu faturamento, sendo assim, o mesmo não era obrigado a Declaração de IRPF. Caso declarasse, sua declaração seria conforme a seguir, Tabela 03:

TABELA 03

Tabela de Valores a Declarar IRPF Autônomo, 2015 ano base 2014.

<i>Rendimentos Tributáveis</i>	<i>Valor em R\$</i>
<i>Faturamento Anual</i>	50.400,00
<i>(-) Despesa com INSS</i>	532,80
<i>(=) Lucro Bruto</i>	49.867,20
<i>Parcela a isentar (20%)</i>	9.973,84
<i>Total Líquido a Declarar</i>	39.893,36
<i>Alíquota 15%</i>	5.984,00
<i>(-) Parcela a deduzir</i>	4.020,35
<i>Imposto a pagar</i>	1.963,65
<i>Fonte: Dados da pesquisa, 2014.</i>	

Neste caso, a declaração do autônomo, resultaria em um valor a pagar, pois seus rendimentos tributáveis foram maiores que todas as suas despesas, parcela passível de desconto de acordo com legislação, sendo assim o mesmo deveria quitar uma guia única no valor de R\$ 1.963,65 (um mil, novecentos e sessenta e três reais com sessenta e cinco centavos).

3.3 Recolhimento de tributos na condição de MEI

O MEI deverá recolher INSS e ISS em guia fixa mensal e não sofrerá retenções em notas fiscais. Com relação ao IRPF, o MEI como pessoa jurídica, fica dispensado do recolhimento e declaração, porém a pessoa física proprietária do MEI, se receber remuneração além do limite de obrigatoriedade, deverá fazer a Declaração de Ajuste Anual. No próximo capítulo é apresentado os valores que seriam recolhidos de tributos, no ano de 2014, pelo eletricitista na condição de MEI.

3.3.1 INSS e ISS

MEI foi criado com uma carga tributária mais baixa que a encontrada em outras formas de tributação, para dar oportunidades aos pequenos empresários informais e trabalhadores autônomos.

Na condição de MEI, o eletricista recolherá o INSS e o ISS em guia mensal fixa, independentemente de seu faturamento. O INSS corresponderia a 5% do salário mínimo (R\$ 724,00 alíquota vigente em 2014) e o ISS fixo no valor de R\$ 5,00, conforme Tabela 04:

TABELA 04

Tabela de Recolhimento de INSS e ISS, ano de 2014.

MESES	INSS	ISS	TOTAL DO DAS
<i>Janeiro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Fevereiro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Março</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Abril</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Maio</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Junho</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Julho</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Agosto</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Setembro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Outubro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Novembro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Dezembro</i>	36,20	5,00	41,50
<i>Total</i>			498,00

Fonte: Dados fornecidos pelo autônomo, ano de 2014.

O recolhimento do INSS, conforme mostrado na tabela 04 admitiria ao MEI a aposentadoria calculada apenas sobre um salário mínimo, não podendo complementar esse valor para uma aposentadoria com salário mais alto. Outra limitação do recolhimento de INSS na forma de MEI é o tipo de aposentadoria, que pode ser apenas por idade, não podendo o MEI se

aposentar por tempo de contribuição. Mas para esta barreira o MEI tem uma opção: ele pode recolher a diferença de 15% (quinze por cento) do INSS sobre o salário mínimo a título de complemento dos 5% (cinco por cento) já recolhidos em guia fixa, dessa forma alcançaria os 20% (vinte por cento) que são cobrados dos contribuintes individuais. Isso lhe daria o direito de aposentadoria também por tempo de contribuição, conforme Tabela 05 abaixo:

TABELA 05

Tabela de Recolhimento complementar de INSS, ano de 2014

MESES	PRO LABORE	INSS COMPLEMENTAR	TOTAL GUIA
Janeiro	724,00	15%	108,60
Fevereiro	724,00	15%	108,60
Março	724,00	15%	108,60
Abril	724,00	15%	108,60
Maiο	724,00	15%	108,60
Junho	724,00	15%	108,60
Julho	724,00	15%	108,60
Agosto	724,00	15%	108,60
Setembro	724,00	15%	108,60
Outubro	724,00	15%	108,60
Novembro	724,00	15%	108,60
Dezembro	724,00	15%	
Total			1.303,20

Fonte: Dados fornecidos pelo autônomo, ano de 2014.

Conforme demonstrado na tabela 05, é possível para o MEI recolher uma contribuição complementar para aposentadoria por tempo de contribuição.

3.3.2 IR Pessoa Física do MEI

MEI, como pessoa jurídica, está dispensado de sofrer a retenção do imposto de renda e de fazer o recolhimento através do carnê-leão, obrigação destinada as pessoas físicas. Contudo, é necessário observar que o MEI é uma pessoa jurídica que irá auferir renda e repassar parte dessa renda para a sua pessoa física. E conforme já mencionado, toda pessoa física que receber acima do montante de R\$ 26.816,55 (vinte e seis mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos) no ano, deve fazer a Declaração de Ajuste Anual e pagar o imposto, se for devido. No caso em questão, o eletricitista, como MEI, teve o faturamento no valor de R\$ 50.400,00, (cinquenta mil e quatrocentos reais), portanto, de acordo com o guia do SEBRAE/SP, antes de repassar os valores recebidos a pessoa física do MEI, ele deve descontar o que pagou de impostos, o que gastou para prestar os serviços e fazer reservas para investir no melhoramento do seu negócio. Depois desse desconto é que ele deve fazer o repasse para a pessoa física e, se o repasse alcançar o valor mínimo para obrigatoriedade da declaração, ele, pessoa física, deve declarar.

TABELA 06

Tabela de Valores a Declarar IRPJ MEI, 2015 Ano Base 2014

<i>Rendimentos Tributáveis</i>	<i>Valor em R\$</i>
<i>Faturamento MEI</i>	50.400,00
<i>(-) Despesa com tributos</i>	532,80
<i>(=) Lucro Bruto</i>	49.867,20
<i>Parcela a isentar (32%)</i>	15.957,50
<i>Total Líquido a Declarar</i>	33.909,70

Fonte: Dados fornecidos pelo autônomo, ano de 2015.

O microempreendedor individual, neste caso, deve fazer a declaração, já que o valor recebido por ele ultrapassou os R\$ 26.816,55 (vinte e seis mil oitocentos e dezesseis reais e cinquenta e cinco centavos) que indicam a obrigatoriedade da declaração. Para simplificação deste estudo, não foram consideradas as despesas com a prestação de serviços e reservas para investimentos da empresa do MEI, portanto, o repasse da pessoa jurídica para a pessoa física foi efetuado apenas descontando os tributos pagos. De acordo com a legislação vigente, estará isento do Imposto de Renda da pessoa física do MEI, o valor resultante da aplicação, sobre a receita

bruta mensal (do MEI/PJ) do percentual de apuração do Lucro Presumido, mencionados no artigo 15, da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995 (RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2011). Esse percentual, para a prestação de serviços é de 32% (dezesesseis por cento). Portanto, do total repassado a pessoa física do MEI, 32% (trinta e dois por cento) estarão isentos.

No caso em estudo, mesmo com a parcela isenta, restou R\$ 33.909,70 (trinta e três mil, novecentos e nove reais e setenta centavos) que são considerados como tributáveis. Simulando esses valores no programa da declaração e considerando apenas os dependentes (como foi feito para o MEI), o eletricitista em questão estaria isento de pagar o IRPF.

3.4 Recolhimento de tributos na condição de SIMPLES

O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, do IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, INSS, ICMS e ISS. Entretanto, em alguns desses tributos há exceções, pois, o recolhimento é realizado de forma distinta, conforme a atividade. Qualquer outro tributo devido, além dos já citados, a empresa do Simples Nacional deve recolher separadamente, como por exemplo, IPTU ou licenciamento de veículo (IPVA).

De acordo com o faturamento do eletricitista em questão, caso optasse pelo sistema de faturamento SIMPLES NACIONAL, o recolhimento dos impostos em questão fica conforme Tabela 07:

TABELA 07

Tabela de recolhimento SIMPLES, ano de 2014

MES	FATURAMENTO EM R\$	PERCENTUAL	VALOR DEVIDO
Janeiro	4.000,00	4,5%	180,00
Fevereiro	3.000,00	4,5%	135,00
Março	4.000,00	4,5%	180,00
Abril	4.500,00	4,5%	202,50
Maiο	3.700,00	4,5%	166,50
Junho	5.200,00	4,5%	234,00
Julho	4.800,00	4,5%	216,00

Agosto	2.500,00	4,5%	112,50
Setembro	3.600,00	4,5%	162,00
Outubro	4.800,00	4,5%	216,00
Novembro	5.100,00	4,5%	229,50
Dezembro	5.200,00	4,5%	234,00
TOTAL:			2.268,00

Fonte: Dados de 2014

3.5 Recolhimento de tributo INSS na condição de SIMPLES

Para as atividades que se enquadrem nos anexos IV e V da Lei Complementar 123/2006, o valor do INSS não está incluso no percentual mensal a recolher, devendo, para essas hipóteses, recolher as contribuições segundo a legislação aplicável aos demais contribuintes ou responsáveis, ou seja, de acordo com o art. 22 da Lei nº 8.212/91.

Sendo assim, como o código CNAE 4321500 se enquadra como atividade praticada como empreitada da construção civil será utilizado o Anexo IV para fins de cálculo. Segundo a consultoria da Cenofisco, se a empresa estiver enquadrada no ANEXO IV da LC 123/2006, então a GPS envolverá, além do INSS retido dos empregados, a cota patronal de 20%, bem como a alíquota RAT/SAT (1%, 2% ou 3%). (a alíquota RAT aplica-se tão somente sobre a folha de pagamento dos empregados). Sobre a retirada do pró-labore haverá o recolhimento da cota patronal de 20%.

TABELA 08

Tabela de recolhimento INSS, ano de 2014

MES	PRO LABORE EM R\$	PERCENTUAL	VALOR DEVIDO
<i>Janeiro</i>	724,00	20%	144,80
<i>Fevereiro</i>	724,00	20%	144,80
<i>Março</i>	724,00	20%	144,80

<i>Abril</i>	724,00	20%	144,80
<i>Maio</i>	724,00	20%	144,80
<i>Junho</i>	724,00	20%	144,80
<i>Julho</i>	724,00	20%	144,80
<i>Agosto</i>	724,00	20%	144,80
<i>Setembro</i>	724,00	20%	144,80
<i>Outubro</i>	724,00	20%	144,80
<i>Novembro</i>	724,00	20%	144,80
<i>Dezembro</i>	724,00	20%	144,80
<i>TOTAL:</i>			1.737,60

Fonte: Dados com referência ao salário mínimo vigente, ano de 2014.

A empresa do SIMPLES enquadrada no Anexo IV está isenta tão somente do recolhimento de outras entidades (terceiros), conforme preceitua o parágrafo 2º do art. 189 da IN SRP n.º 971/2009.

3.6 Análise dos Resultados

O objetivo do trabalho, além de apresentar a carga tributária, benefícios e obrigações do MEI, é evidenciar qual das opções, entre MEI e SIMPLES é menos onerosa com relação a carga tributária, para o prestador de serviços, antes autônomo. Sendo assim, nesta etapa do trabalho, é concretizada a comparação entre as duas formas de tributação, através de planilhas que facilitarão o entendimento.

3.6.1 Tributos: MEI x SIMPLES NACIONAL

Nesta etapa, é realizada a comparação entre os tributos, visando evidenciar a forma de prestar serviços que seja menos onerosa. Para tanto, é apresentado o quadro 01, com o resumo dos valores pagos anualmente nos dois casos:

QUADRO 1

Comparativo: MEI x SIMPLES NACIONAL

<i>TRIBUTOS</i>	<i>MEI (R\$)</i>	<i>SIMPLES (R\$)</i>
<i>INSS</i>	434,40	1.737,60
<i>ISS</i>	60,00	
<i>IRPF</i>	0,00	
<i>DIFERENÇA INSS MEI</i>	1.303,20	
<i>TRIBUTOS GUIA UNICA SIMPLES</i>		2.268,00
<i>INSS SIMPLES ANEXO IV</i>		
<i>Total:</i>	1.797,60	4.005,60

A partir da observação dos dados, percebe-se o quanto é oneroso os impostos recolhidos pelo SIMPLES NACIONAL, principalmente pelo recolhimento ao INSS. Ressalta-se que a diferença de INSS paga pelo MEI é opcional, servindo para lhe dar direito à aposentadoria por tempo de contribuição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordado teve como tema e principal objetivo, a comparação dos tributos incidentes na prestação de serviços elétricos na modalidade MEI e SIMPLES NACIONAL para um prestador de serviços autônomos, demonstrando através do estudo e cálculos, qual o menos oneroso para o pequeno empresário. A pesquisa foi realizada a partir dos dados fornecidos pelo empresário, e através de pesquisa na legislação vigente que rege os regimes tributários.

Os objetivos específicos foram realizados, a partir da fundamentação teórica, onde foram descritos detalhadamente a carga tributária, os benefícios e obrigações da formalização como MEI. Foram descritos os custos tributários originários da prestação de serviços no regime SIMPLES NACIONAL e por fim, foi realizada a comparação, já na análise da pesquisa, das duas formas de tributação, evidenciando a menos dispendiosa através de planilhas e gráficos. Foram apresentados também, alguns pontos relevantes e divergentes da tributação MEI, com isso foi possível evidenciar os principais aspectos das duas formas de tributação.

Ficou evidente que o MEI, financeiramente, é a forma de tributação menos onerosa, trazendo benefícios como a não incidência de retenções, tendo o recolhimento de seus tributos em guia fixa; a baixa burocratização; o acesso a créditos bancários com mais facilidade por ter um número de CNPJ. As principais limitações dessa forma de tributação são: A contratação de apenas um funcionário; ter um limite máximo de faturamento; e a aposentadoria ser calculada apenas sobre um salário mínimo, e ainda somente por idade caso o empreendedor não pague o complemento exigido por lei.

Observa-se através do estudo, o INSS é o tributo mais caro, tanto para o MEI quanto para o optante pelo SIMPLES NACIONAL. E foi o INSS o responsável pela maior diferença financeira entre os dois modelos apresentados. Portanto, o prestador de serviços, antes de optar pelo MEI precisa fazer uma análise da opção mais viável para ele, já que o MEI apresenta a limitação de aposentadoria. Uma opção para ele enquadrar-se como MEI e usufruir seus benefícios, seria utilizar a diferença financeira alcançada pela economia dos gastos com tributos para investir na empresa, ou até mesmo aplicar em outros tipos de investimentos que possam lhe garantir um futuro tranquilo, como uma previdência privada.

Com base no que foi pesquisado a respeito do tema e problema do trabalho podemos considerar como crescente no Brasil, a realização de medidas em busca da legalização de pequenos negócios. As informações buscadas para esta monografia compreendem as leis vigentes desde 2008, 2009, 2010 até 2015.

Levando em consideração, as obras escritas para esse tema MEI, são poucas, o que dificulta um pouco a diversidade de informações, fazendo com que a pesquisa se torne mais trabalhosa. Foram evidenciados fatos constantes no site da Receita Federal, Portal do Microempreendedor e Constituição Federal.

5.1 Sugestões Para Próximos Trabalhos

Para futuros trabalhos que possam ser realizados com este tema, recomenda-se os seguintes tópicos:

Nova pesquisa, detalhando as formas de tributação, se não sofreram nenhuma alteração, pois isso alteraria os encargos financeiros.

Como os escritórios de contabilidade estão se portando diante deste avanço dos Microempreendedores no mercado.

Quantas empresas formalizadas, já passaram de um ano, dois e três de funcionamento, levando em conta todo o cenário econômico do Brasil.

REFERÊNCIAS

_____. **CENOFISCO**. <http://www.e/mpresario.com.br/legislacao/edicoes/2011/calculo_inss.html> acesso em agosto de 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento estratégico** / Idalberto Chiavenato, Arão Sapiro. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 12a Reimpressão.

FREZATTI, Fábio. **Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006..

_____. **IBGE. Estatísticas do Empreendedorismo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/empreendedorismo/2010/default.shtm>> acesso em setembro de 2013.

_____. **LEI Nº 9.249, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9249.htm> acesso em 02/06.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial** / Djalma de Pinho Rebouças de Oliveira. – 17.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

PASTORE, Jose. **Informalidade: Estragos e Soluções**. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos/ti/ti_014.htm> acesso em setembro de 2013.

_____.**PORTAL DO EMPREENDEDOR.** Disponível em:
<<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>> Acesso em novembro de 2014 e outubro de 2015.

_____.**PORTAL DO EMPREENDEDOR** <<http://www.adctec.com.br/blog/como-o-mei-declara-o-imposto-de-renda-pessoa-fisica>> acesso em setembro de 2014 e novembro de 2015.

_____.**RECEITA FEDERAL DO BRASIL.** Simples Nacional. Disponível em:
<<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/SobreSimples.aspx>> Acesso em setembro de 2014 e novembro de 2015.

_____.**RECEITA FEDERAL DO BRASIL.** Leis Complementares. Disponível em:
<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/LeisComplementares/2006/leicp123.htm>> Acesso em setembro de 2014 e novembro de 2015.

SARAIVA, Alessandra. Diogo Martins. **País ainda tem 44,2 milhões de trabalhadores informais, estima o IBGE.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/2919914/pais-ainda-tem-442-milhoes-de-trabalhadores-informais-estima-o-ibge>> Acesso em outubro de 2013.

SEBASTIÃO, Daiany Cristina. Microempreendedor Individual: Um estudo comparativo no ramo de construção civil. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

_____.**TABELA DE RECOLHIMENTO SIMPLES NACIONAL.**
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/simples-nacional-anexoIV.html> acesso em agosto de 2015.

_____.**TABELA PROGRESSIVA ANUAL IRPF** < <http://idg.receita.fazenda.gov.br/acesso-rapido/tributos/irpf-imposto-de-renda-pessoa-fisica#c-lculo-anual-do-irpf>> acesso em dezembro de 2015.

VEIGA, Alexandre Zoldan da. **Contabilidade tributária II** / Alexandre Zoldan da Veiga. – 2. impri. – Florianópolis : UFSC/CSE, Departamento de Ciências Contábeis, 2012.